

Desajustados 9  
Coleção de Textos Falados

Textos Falados

# Desperfiar As Artes Visuais, o Objeto Enlouquecedor e o Movimento das Coisas - Volume 2

9

9

Renata Gaspar  
Ana Sofia Ribeiro  
Isabeli Santiago  
Felipe Argiles

Desperfiar As Artes Visuais,  
o Objeto Enlouquecedor  
e o Movimento das Coisas

i2ADS edições

Renata G., Ana R.,  
Isabelli S., Felipe A.

o

o

Desajustados

20

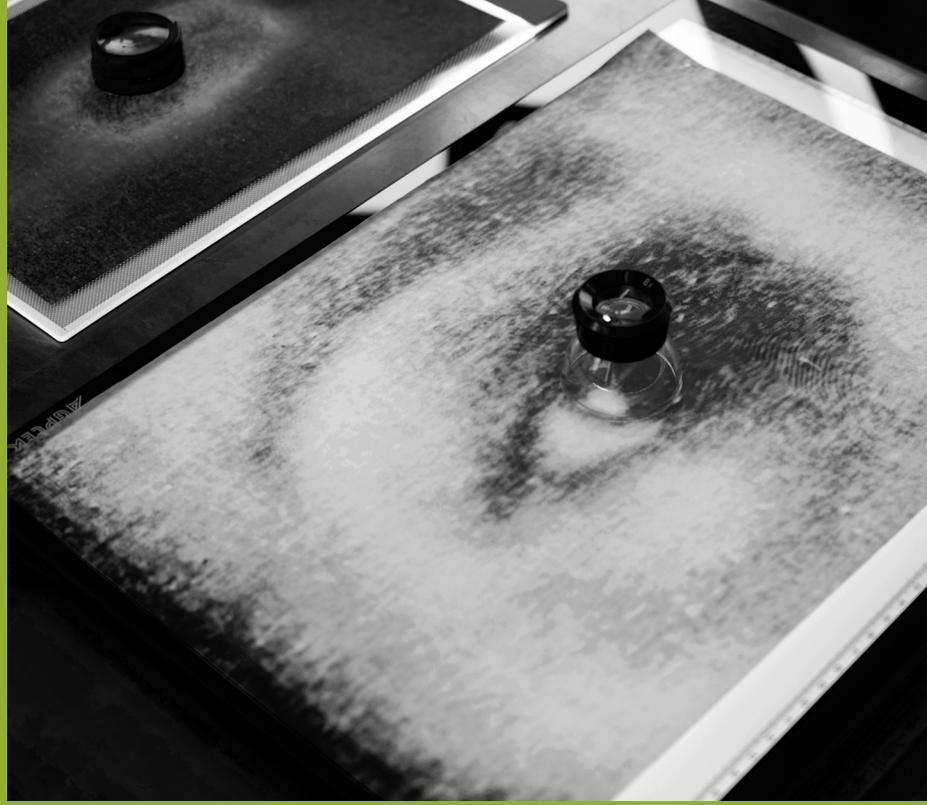
Desperfiilar As Artes Visuais,  
o Objeto EmLouquecedor  
e o Movimento das Coisas

o

o

Textos Falados

3



“Análise de risco”, Felipe Argiles, 2024

Renata G., Ana R.,  
Isabelli S., Felipe A.

Renata G., Ana R.,  
Isabelli S., Felipe A.

9

9



Desajustados

4

Desperfiilar As Artes Visuais,  
o Objeto Enlouquecedor  
e o Movimento das Coisas



9

9



Textos Falados

5

# Éticas de performance: territórios feministas e outros perfis colaborativos

Renata Gaspar

## BIOGRAFIA

**Renata Gaspar** é artista e investigadora em estudos de performance. O seu trabalho tem enfoque na construção sociopolítica de lugar na/através da arte, em particular na relação entre mobilidade, linguagem e pertença. É investigadora integrada no i2ADS (Instituto de Investigação em Arte, Design e Sociedade, PT), e professora adjunta convidada no Departamento de Teatro da ESMAE (Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo, Porto, PT).

Renata G., Ana R.,  
Isabelli S., Felipe A.

9

9

Desajustados

6

Desperfiilar As Artes Visuais,  
o Objeto Enlouquecedor  
e o Movimento das Coisas

9

9

Textos Falados

7

[preâmbulo]

Esta é uma tentativa de fazer dialogar o trabalho que tenho desenvolvido sobre práticas colaborativas com algumas das ideias e premissas tratadas por Achille Mbembe em *Políticas da Inimizade* (2017), traduzidas pela Marta Lança. Interessante neste contexto pensar a colaboração, especificamente a coautoria, como ética de performance, e potencial caminho para uma práxis e epistemologia contra-hegemónica.

Passo então à leitura.

[estávamos no início de outubro de 2024]

Outubro começa e abre um novo ano letivo – para mim, um novo ano letivo enquanto docente convidada numa instituição de ensino superior público, enquanto parte de uma certa cultura institucional. Começo aqui, no início de mais um ano letivo, onde se reafirmam práticas institucionais porque é também aqui, nestes inícios – na repetição de inícios que pouco ou nada têm de novo – que mais facilmente podemos identificar as problemáticas dos seus legados. Por outras palavras, é a partir deste lugar onde me encontro (com um pé dentro e outro fora da instituição), imbuído do desconforto da assimetria (sentida por vezes como potencialmente libertadora, na maioria das vezes repressiva) que discuto práticas colaborativas como

éticas de performance. Assim, no exercício de abordar criticamente questões de produção espacial, em particular a dimensão ético-política da performance de trabalho coletivo de criação artística e intelectual, parece-me inevitável falar também de instituições. Até porque, ou especialmente porque, é a cultura institucional que muitas vezes inviabiliza críticas, questionamentos, queixas sobre cultura institucional, nomeadamente sobre produção de conhecimento e práticas culturais. Aliás, pessoas críticas, questionadoras ou queixosas são invariavelmente aquelas que ainda não interiorizaram as normas da instituição, não compreendem como está organizada nem se revêm nas suas tradições. E, no entanto, parece-me pertinente falar de instituições exatamente porque são estas também, especialmente as públicas, que reclamam para si uma autoridade legítima sobre produção de conhecimento e práticas culturais – são estas, as supostas guardiãs de valores democráticos.

Este é o primeiro paradoxo, em dose dupla. Por um lado, a cultura institucional, independentemente do que promove, costuma preferir que não questionemos a cultura institucional. Por outro, as minhas críticas, questionamentos e queixas institucionais operam tanto por dentro como por fora da instituição (às vezes em simultâneo, outras alternadamente), contrariando a performance do

profissionalismo – daquele que por ser profissional diz sempre que sim, diz sim a evitar ou negar os problemas (as exclusões) como garante de lá poder permanecer – de poder progredir na sua permanência, que é afinal o prêmio derradeiro da dedicação prestada à manutenção da reputação institucional, ao esforço de mantê-la luzidia e imaculada à custa da indiferença, e pelo apolitismo. Ainda assim, o acesso institucional constitui em grande parte um privilégio. Como sabemos, o valor de muitas das coisas depende da restrição aplicada ao seu uso. E por isso, é importante reconhecer que o meu desconforto na assimetria causada pela parcialidade da minha afiliação institucional corresponde, também, a uma posição de privilégio.

Neste lugar contraditório do entre-meu, não posso deixar de mencionar o trabalho de Sara Ahmed – autora a que recorro frequentemente – em *Living a Feminist Life* (2017), sobre a violência diferencial envolvida nas ligações epistémicas em contexto académico, especificamente sobre o investimento necessário (frequentemente fracassado) para transgredir normas institucionais alicerçadas em hierarquias de produção e transmissão.

Ora, serve também esta introdução como imagem fosca da matéria em que as estruturas assentam, e por

isso também como ponto de partida para uma crítica às práticas, modos de funcionamento e alguns dos pressupostos vinculados ao universalismo abstrato. Isto é, pretendo contrariar a preponderância do Senhor Sujeito (o indivíduo autossuficiente e competitivo), correspondente ao mito do criador singular ou génio solitário tão persistente na produção de conhecimento artístico e intelectual, e enquadrar a minha proposta de colaboração neste tempo de absoluta recusa da partilha – como o designa Mbembe (2017). Este tempo inconciliável das grandes narrativas de lógicas mitológicas – do (re)começo e do apocalipse – que se traduzem, de um lado, em estrangulamento e dominação pelo controlo e, do outro, em abandono e indiferença. Este tempo que é também de diferenciação, de extermínio, de genocídio – assente no que Mbembe chama a ‘fantasia da separação’. Mbembe elabora sobre a violência inerente à democracia moderna, nomeadamente sobre como a matriz histórica partilhada entre democracia, plantação e império colonial faz da guerra um fim e uma necessidade democrática – simultaneamente antídoto e veneno, este *pharmakon* da nossa época que empurra “as nossas sociedades para fora da democracia, transformando-as em sociedades da inimizade, como aconteceu durante o colonialismo” (p. 11). Não me vou debruçar aqui sobre a relação entre de-

mocracia e colónia, ou sobre o desperdício de vida humana causado pelo poder necropolítico e sua governação através da guerra e da morte, ou ainda sobre o atual Estado securitário instigador de medo e insegurança como forma de encobrimento da suspensão de direitos e permanente instrumentalização da lei. Mas este “desejo de apartheid e da endogamia que envolve a nossa época” (p. 15) sinalizado por Mbembe, é importante para a minha análise e proposta. Estas pulsões de extermínio em volta do ‘objeto enlouquecedor’, que tanto é muçulmano, refugiado, migrante, como outras coisas com nomes que Mbembe não nomeia – deficiente, queer, mulher – estas pulsões, como dizia, estão assentes numa recusa do reconhecimento da nossa interdependência e necessidade de cuidado – ou, citando Mbembe, “da nossa vulnerabilidade e finitude comuns” (p. 10). E é aqui, na importância da impermanência, mas também da partilha da responsabilidade, que se insere a minha crítica ao universalismo abstrato que sustenta toda a distinção dicotómica simplista.

Ora, neste contexto de capitalismo neoliberal como princípio organizador da vida, das instituições, e das práticas que as regulam – ilustrado pela crise climática, habitacional, violência de género, transfobia, centros de detenção de migrantes, genocídios, enfim, os exemplos são inúmeros – é por demais evidente a indiferença

face ao comum e ao comunitário, e face ao cuidado necessário para a manutenção destes (e, simultaneamente, é manifesta a preferência pelo policiamento, pela vigilância e controlo). Por isso, é neste mesmo contexto profundamente incoerente que falar de interdependência e partilha de vulnerabilidades se torna vital. Exatamente porque é o sustento de tudo o que é necessário para o bem-estar e o florescimento da vida num planeta habitável que está em causa, que me parece crucial falar de colaboração, e ativamente contrariar o comportamento e ideologia do modelo normativo, o celebrado indivíduo *entrepreneur*, autossuficiente, o tal Senhor Sujeito que se relaciona através da competição (não do cuidado). E porque cuidado é talvez o antípoda da competição, importa dizer que, a meu ver, cuidado pressupõe compromisso, pressupõe definir métodos e metodologias – formas de coletivização – e por isso, também, pensar em modelos que sustentem uma ética de performance capaz de nutrir a partilha de responsabilidade. A questão não incide apenas sobre os obstáculos, mas sobre como preservar as relações também elas postas em causa pelos obstáculos que tentamos superar.

Na academia, a produção de hierarquias é legível em textos supostamente neutros, assíduos promotores de verdades universais – tipicamente da autoria de Senhores Sujeitos. Esta perspetiva epistemológica não

só tem implicações diretas na interiorização de modos dominantes e opressivos de saber (e de trabalhar na produção de conhecimento), como na naturalização desta realidade exclusivista na criação dos nossos mundos e imaginários. Daí a importância de processos colaborativos – de coautoria – que possibilitem a aproximação a objetivos comuns e a visões pluralistas de pertença.

Aqui parece-me útil trazer a distinção entre ‘o universal’ e o ‘em-comum’ que Mbembe estabelece a propósito de uma ideia de democracia vindoura, ainda por acontecer; diz ele: “O universal implica a inclusão em algo ou em alguma entidade já constituída. O em-comum pressupõe uma relação de co-pertença e de partilha” (pp. 68-69). Volto à ideia do em-comum mais adiante, mas por agora é importante referir que a proposta de colaboração aqui apresentada, e veiculada a relações de co-pertença e de partilha implicadas no sentido de comum, não é isenta de problemáticas, e por isso requer alguns esclarecimentos. Antes de mais porque nem coletividade equivale a solidariedade, nem colaboração é garante de relações equitativas. Aliás, se por colaboração entendemos a ação de trabalhar com alguém para produzir algo, rapidamente evocamos a exploração vinculada à precariedade dos arranjos laborais sustentados por trabalho não reconhecido, mal remunerado e desva-

lorizado, nomeadamente na academia. Efetivamente, pluralidade numérica não implica pluralismo (diferença ligada a distintos lugares, histórias, e múltiplas identidades). Mas não sendo pluralidade numérica sinónimo de pluralismo, não deixa de ser uma ferramenta viável nesta direção. Ao insistir nas práticas colaborativas enquanto abordagem coletiva intencional à produção de conhecimento, estou a advogar práticas de trabalho que se desviam de lógicas competitivas e, por sua vez, se aproximam de um sentido de multiplicidade intrínseco à própria ideia de identidade. Algo análogo ao defendido por Mbembe, identidade como processo de co-composição e de abertura ao outro, nas suas palavras: “de reciprocidade entre múltiplas carnes e seus múltiplos nomes e lugares” (p. 52). Portanto, co-pertença e partilha são dois eixos móveis relacionais da nossa condição de interdependência. Diz Mbembe: “somos feitos de pequenos empréstimos de sujeitos estrangeiros e, conseqüentemente, seremos sempre *seres de fronteira*” (p. 54). As práticas de colaboração aqui propostas são práticas de fronteira, são práticas baseadas num esforço coletivo de pluri-vocalidade.

Inclusive, considero o próprio feminismo um modo inerentemente pluri-vocal de produção de conheci-

mento – vemos isto em textos feministas, mesmo que assinados por uma única autora, a propósito das referências, da linguagem, do sentido empírico, da generosidade na identificação e nomeação de outras vozes, próximas e distantes, publicadas e não publicadas.

Assim, a proposta é contrariar, e contradizer, culturas mono-subjetivas de dominação através da coautoria. Isto é, reconhecer o esforço colaborativo implicado na construção de contra-narrativas como esforço comum, e traduzi-lo para um pronome partilhado, para o ‘nós’. Não me refiro ao ‘nós’ patente em muita da escrita académica portuguesa – exemplo paradigmático da cultura institucional do Senhor Sujeito, alegadamente autorizado a falar no plural, até onde não há retórica, como que em representação de uma maioria qualquer, não identificada. Um ‘nós’ que, em publicação académica, também não é o do orientador e orientando, distribuído entre protagonista e assistente – mas um ‘nós’ ordenado alfabeticamente.

Falo de um ‘nós’ que permanece marginal – efetivamente, eu não me dou a conhecer através das minhas palavras (não está identificado quem escreveu o quê, de quem é esta frase ou aquele parágrafo) – mas cuja aparente marginalidade nem por isso deixa de ser situada. Porque colaborar em coautoria implica um reconhecimento da

posição de cada colaboradora/r – as diferenças de poder baseadas em categorias de diferenciação como classe, etnia, género, sexualidade, deficiência, idade, nacionalidade, etc. Esta performance relacional envolvida na negociação de identidades partilhadas e coletivas constitui a sua dimensão ético-política.

Proponho então um ‘nós’ diaspórico. Um ‘nós’ espacial e culturalmente disperso, transnacional e trans-institucional – um ‘nós’ reunido apenas aquando da sua enunciação. Um pronome partilhado, uma voz única e coletiva, eventualmente um outro corpo imaterial constituído, mas separado e distinto dos indivíduos que o compõem e lhe dão forma.

Vejo a autoria coletiva – ou coautoria, como prefiro chamar – como uma extensão necessária das práticas colaborativas, e ferramenta importante na subversão de normas institucionais hegemónicas, suas narrativas e imaginários. Vejo a coautoria não só como expressão tangível de práticas colaborativas de reflexão, de criação artística, de escrita e de edição conjunta, mas também como ética de performance instigadora de partilha de cuidado e responsabilidade.

E vejo a coautoria também como uma abordagem que propicia a criação e sustento de amizades.

As relações de amizade são um fio condutor vital que liga cuidado e responsabilidade a pertença. Ao entrelaçar diferentes modos de pensar, ser e estar, a amizade tem um potencial transformador. Ou seja, através do reconhecimento e respeito de cada amiga pela singularidade da outra, a amizade evidencia uma atitude pluralista, um antídoto contra o ressurgimento de sociedades da inimizade.

A amizade é uma prática de fronteira.

Colaboradoras, coautoras, podem não ser amigas, ou sequer conhecer-se bem, mas o seu envolvimento numa prática de criação ou teorização conjunta requer, uma articulação de posicionamentos, movimentos de encontro e desencontro entre o eu e a outra/o, entre o eu e o 'nós' – e por posicionamentos refiro-me a experiências, a conhecimentos, e a linguagens, idiomas até. Neste vai-e-vem, nestas viagens de passagem entre singular e plural, há uma forte possibilidade de encontrar hospitalidade epistémica, em parte devido justamente à dispersão de posicionamentos e seus lugares de produção de significado. Daqui advém o alargamento dos nossos quadros de referência – as práticas de citação convocadas são necessariamente mais abrangentes nos seus referentes. E este território-mosaico é fundamental para potenciar a formação de alianças.

Afinidade contra-hegemónica é também uma prática de fronteira.

Neste percurso podemos, como diz Mbembe, “aprender a assumir o nosso estatuto de passagem, uma vez que é provavelmente a condição em última instância da nossa humanidade, a base a partir da qual criamos a cultura” (p. 245). Mbembe refere-se à ‘ética do passante’, essa figura cuja passagem de um lugar para outro vai tecendo “uma dupla relação de solidariedade e de desprendimento [...] mas nunca de indiferença” (p. 248). Passagem, e acolhimento. Passageira que se faz presente, pela atenção envolvida no cuidado, na responsabilidade. Passageira que ao passar se inscreve na linguagem de outrem, nos seus lugares. E nesta prática discursiva móvel, e simultaneamente situada, se vai criando uma extra-territorialidade pessoal e coletiva – o território linguístico da linguagem partilhada. O território da passagem entre ‘eu’ e ‘nós’.

E com esta ideia de extra-territorialidade linguística, regresso ao em-comum e a Mbembe, que diz: “O em-comum pressupõe uma relação de co-pertença e de partilha – a ideia de um mundo que é o único que temos e que, para ser duradouro, deve ser partilhado pelo conjunto dos seus dependentes, juntamente com todas as espécies” (pp. 68-69).

Parece-me, pois, urgente reinventar as condições de vida e de trabalho de forma a refletirem a nossa condição de interdependência. E um percurso viável para materializar estas mudanças será através de um compromisso com éticas de performance que assegurem cuidado e responsabilidade como modo de pensamento e prática quotidiana.

A descentralização do ‘eu’ individual para um ‘nós’ partilhado é uma viagem de colaboração – uma afirmação do(s) nosso(s) devir(es) em comum.

Referências

AHMED, Sara. (2017). *Living a Feminist Life*. Duke University Press.

MBEMBE, Achille. (2017). *Políticas da Inimizade*. Marta Lança (Trad.). Antígona. Publicado originalmente em francês em 2016.

Desajustados

9

9

Renata G., Ana R.,  
Isabelli S., Felipe A.

Textos Falados

9

9

Desperillar As Artes Visuais,  
o Objeto Enlouquecedor  
e o Movimento das Coisas



# Hyper-separation: fronteiras entre o outro e a similaridade

Ana Sofia Ribeiro

Desajustados



9

9

Renata G., Ana R.,  
Isabelli S., Felipe A.

Textos Falados



9

9

Desperfiilar As Artes Visuais,  
o Objeto Enlouquecedor  
e o Movimento das Coisas

[preâmbulo]

Esta apresentação relaciona-se diretamente com a investigação em curso no âmbito do doutoramento em Artes Plásticas com foco em questões de fronteiras sociopolíticas ambientais. Propõe-se abordar algumas das temáticas que já foram anteriormente discutidas neste contexto, cruzando com especial enfoque nas noções entre o 'eu' e o 'outro', procurando criar um espaço de reflexão participativa. Esta apresentação formula-se assim, na partilha de opiniões e resultados dinâmicos de propostas simuladas, entre os participantes do seminário, procurando um diálogo que expanda a própria investigação.

[propostas a pensar]

Para iniciar, é pertinente considerar os conceitos de hiper-separação, 'eu' e 'outro' - como agentes de otherness, entendidos enquanto forma de alteridade, que advém de uma cisão subjetiva entre o 'eu' e aquilo que é percebido como não pertencente ao 'eu'. Esta separação encontra-se frequentemente articulada com a ideia de sameness - ou semelhança -, uma vez que a relação com o 'outro' pode gerar simultaneamente efeitos de identificação ou de distanciamento. A afinidade com o 'outro' pode, assim, dar origem tanto à normatização quanto à alienação, dependendo da forma como a diferença é experienciada.

Neste quadro, a alteridade surge condicionada por um sentimento de estranheza, em que a diferença é concebida como algo externo e potencialmente dissonante em relação ao sujeito.

OTHERNESS - SUBJECTIVE SEPARATION OF SELF FROM NOT-SELF

ALIENATION

SAMENESS - MODEL OF RELATEDNESS

NORM

## BIOGRAFIA

**Ana Sofia Ribeiro**, nascida no Porto a 1997, é artista e investigadora na VICARTE e i2ADS com bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Trabalha principalmente como artista plástica, com foco na intersecção entre o mundo da arte e os problemas sociopolíticos ambientais. Começou o seu percurso artístico na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, onde tirou a licenciatura e mestrado em Pintura e no qual veio a desenvolver uma prática em torno de um laboratório de experimentação de materiais como meio de compreender o território. Desde 2016 tem trabalhado e exposto individualmente e coletivamente, bem como participado em bienais e residências artísticas nacionais e internacionais. Atualmente explora no doutoramento em Artes Plásticas uma pesquisa direcionada para uma ecologia da mente e ação, repensando a natureza e o selvagem como espaços de subversão.

Posto isto, o meu trabalho procura perceber o que é o selvagem, nos dias de hoje, no passado e sobretudo, entender como chega ao Antropoceno. Nesta expectativa de entender como é que ele existe pelos tempos, trouxe o selvagem para este 'outro'. E o que vamos falar, hoje, começa por desconstruí-lo, do ponto de vista de um primitivismo pós-histórico, onde a natureza selvagem é essencial para nos revelar o 'ser-humano civilizado'. Sendo que, somente "através do reconhecimento do que não somos, o 'negativo', podemos entender o que somos, o 'positivo'" - pelo menos esta era a ideia que existia, medieval, sobre o selvagem, havendo por isso uma intencionalidade moral adjacente a esta estranheza. E nisto falamos de uma forma de alienação que vem de uma exclusão radical. Aquilo, que T.J. Demos descreve como hiper-separação: "uma forma enfática de separação que envolve mais do que reconhecer a diferença". (Demos, 2016, p.54)

Esta hiper-separação significa que a identidade dominante define enfaticamente contra a oposição, a identidade subordinada pela exclusão das suas qualidades reais e supostas. A função da hiper-separação é a marca do 'outro' para um tratamento separado e inferior. Por exemplo, ideias que vem incutidas em certas expres-

sões ou termos que nós usamos e que estão inseridas na nossa sociedade inconscientemente.

E com isto, como falei que ia ser participativo, pedia-vos escrevessem ou pensassem num termo que vocês considerassem que fosse um ato de hiper-separação.

Eu vou dar um exemplo, a expressão de meia tigela vem dos tempos monárquicos, em que eles estabeleciam a hierarquia em termos de estatutos pela quantidade de comida que era dada ao trabalhador. Daí a meia tigela ser uma pessoa com baixo estatuto. O "hysterical" é projetado na mulher, "quit being a sissy" têm a ver com questões homofóbicas. Já na ideia de natureza, a erva daninha, é aquela coisa indesejada e o selvagem traz estas conotações colonialistas, que já foram faladas anteriormente. Vocês podem contribuir com expressões que queiram partilhar:

Acho que tem muitas, mas tem que buscar lá na gavetinha.

Sim, podem pensar. Isto vem sempre da vossa da vossa lente.

Eu escrevi, feito nas coxas. Feito nas coxas é uma expressão, não consigo afirmar, mas acredito que seja no Brasil colônia, porque era, a beira e a ribeira, ou seja, as telhas dos telhados, colocavam as pessoas escravizadas para fazer telhas.

Telha feita de barro na coxa, que era perfeita, era um trabalho pesado para fazer e é uma expressão que hoje no Brasil é utilizada para coisas feitas à pressa ou mal feitas.

Sim, mas também tem uma questão que as pernas das pessoas têm tamanhos diferentes, então as telhas ficavam um pouco irregulares, então tem essa questão, tem relação a essa imperfeição.

Não sei se esta coisa de dizer, ah, não está muito 'claro', vou aclarar, pode ser?

Pronto, então eu vou prosseguindo. Posto isto, na era Medieval, o que é que significava, então o selvagem? Greg Garrard traz esta definição, que mostra como esta hiper-separação já ocorre desde a origem do termo 'wilddeoren', onde 'deoren' significa besta. Wilderness chega aos nossos tempos dessa forma, ao qual trago este esquema para desmistificar um bocado estas separações e perceber como é que eles vêm-se construindo por propagações da religião, revolução industrial, capitalismo e como elas são causais desta separação. (Garrard, 2004)

Muitas das vezes a natureza humana e a identidade são tratadas como (hiper)separadas da natureza ou fora dela e presume-se que existe uma esfera de hiper-separação da cultura anterior à inserção da ética na crise climática. E falo de selvagem do ponto de vista do território, estando embebida no plano do Antropoce-

no, mas claro, o colonialismo também está em certa medida nesta perspetiva. Como prova disso, todos os esquemas do Yi-Fu Tuan, descrevem bem o desenvolvimento desta hiper-separação e como tem sido algo que tem mudado com o tempo e com o contexto cultural. (Tuan, 1974/1980)

Vemos certamente, aqui, a separação do selvagem, na idealização do profano e do sagrado. Conforme o tempo vai passando, começa-se a separar com a ideia de paisagem e recurso. A cultura afasta-nos do selvagem e ele acaba por se tornar amorfo pela história. Quanto mais se aproxima de ser uma coisa amorfa, mais esse efeito de otherness ocorre, até à ideia de conservação. Destaca-se o princípio da ética, como afinidade, por via de recriação artificial, por meio de reflorestamentos, até o século XX, em que o selvagem deixa completamente de existir. Na artificialidade resiste um selvagem híbrido, tornando ameaçado e protegido.

Existe, por isso, uma troca de valores, uma inversão, por meio de uma similaridade artificial, que está fundamentada numa relação com a natureza tornada similar a nós mesmos. Um efeito espelho que está no 'outro', numa ficção do 'eu'. E este sistema que vocês vêm, traz essa distinção entre o que deixa de ser, muitas das vezes, o tradicional, e que através

da expressão ética, traz esta visão alterada. Então, por um lado, na atualidade, falando, claro, da perspectiva ocidental, existe esta fronteira, que têm sempre que existir, para manter essas reservas e preservações de selvagem, porque quando um existe, o outro não pode existir ao mesmo tempo no mesmo lugar.

Poderíamos sugerir uma visão eco-cêntrica, de que o espaço selvagem não nos pertence, mas antes, nós estamos nele, mas o que está a acontecer, é esta expansão da artificialização por meio de monoculturas, que trazem esta aparência de controle civilizado similar à nossa cultura (uma hiper-separação por via de sameness).

Esta distorção de fronteiras e a apropriação do selvagem, advém da forma como pensamos termos hiper-separativos, como *landfill*, *wastland*, áreas protegidas, reservas ou paisagem. Onde se problematiza, o antropocentrismo, o etnocentrismo, como cegueira moral/cultural e a ideia de homogeneização como produtor do Antropoceno. Questiona-se, por isso, se o Antropoceno não está a criar novos espaços de hiper-separação? Espaços físicos e culturais de territórios industriais ou poluídos, que expelem todo o tipo de vida. E a questão, que eu deixo aqui, é se podemos chamar isto de um novo selvagem. Um selvagem mais fiel à exclusão radical que nós temos vindo fazer.

E então, o próximo passo que eu vos peço, é que fossem ao Google Map. Então, se procurarem lá no ícone que diz camadas, no Google Maps vocês têm um quadradinho. Um quadradinho que diz camadas.

No canto superior direito tem um que parece folhas uma acima da outra.

Sim. E depois?

Sim. Tem que escolher aquela que diz qualidade do ar.

Ah, sim. Em baixo. Nossa, todos são do mundo.

Então, seleciona qualidade do ar.

Parece um gráfico, certo?

Então, vocês agora neste momento estão em Portugal, aqui no Porto, certo?

Sim.

E vocês veem que o mapa está exatamente igual.

Sim.

Se vocês diminuírem agora para uma escala global, o que é que vos aparece?

Ah, cores.

Desajustados



9

9



Renata G., Ana R.,  
Isabelli S., Felipe A.

Textos Falados



9

9



Desperfiar As Artes Visuais,  
o Objeto Enlouquecedor  
e o Movimento das Coisas

Cores, não é?

Portugal não está.

Então, Portugal não está. Essa é uma das questões que vai ser discutida aqui, porque é que não está. Então, cliquem agora num ponto que esteja vermelho.

São Paulo. São Paulo. São Paulo.  
São Paulo. São Paulo. João da  
Silva, São Paulo, São Paulo, São  
Paulo. São Paulo, São Paulo, São  
Paulo, São Paulo, São Paulo. São  
Paulo.

São várias formas de aviso sobre estas áreas e o que podemos ver nelas é uma chamada de atenção para a restrição dos nossos corpos e uma forma de biopoder que o Antropoceno trouxe. E então este projeto, que fiz durante um mês, em que colecionei um arquivo de imagens sobre estes lugares e onde comecei a notar padrões que durante alguns dos dias repetiam as mesmas zonas. Pergunto, o que é que isto nos diz?

Temos várias hipóteses. Podiam ser causais de guerras, da indústria, de fogos, criando limites. Áreas restritas que expelem a presença humana, questionando se será então isto o novo selvagem.

O que eu vos peço é, nós, vocês

podem escolher uma localização, podem explorar o mapa, enviar e depois imprimimos.

Territórios abertos. Com a cor vermelha, os outros.

Eu acho que isto não está muito verídico, ou não está muito realista, porque Palestina está em guerra e diz que está excelente o ar.

Já vamos a essa questão também.

E isso no intervalo de 12 dias?

Sim, as imagens que estão aqui no quadro são de 12 dias e eu não pus todas. Mas posso-vos mostrar. Então do arquivo, utilizei uma impressora em 3D de barro e modelei as topografias dos locais poluídos, para construir estes tijolo/fronteiras. Topografias fronteiriças e coordenadas de localizações além de termos territoriais.

Passando à discussão dos dados de Portugal. Nós temos agências que analisam a qualidade do ar aqui, simplesmente elas não partilham com a Google. Mas, outra questão, se calhar, ainda, mais importante e que abana essa veracidade, mas que se torna politicamente interessante, é que a utilização do Google Maps conforme o VPN modifica. Por exemplo, este é na Rússia, eu vou-vos mostrar a mesma zona, mas com diferentes VPNs.

Estados Unidos da América, Canadá, Alemanha, começamos a perceber que existem jogos de interesses porque, por exemplo, aqui vocês veem que diz US Air Quality Index. Isto é na Alemanha, ou seja, a Alemanha utiliza os dados da América. Chegamos à conclusão que vão mudando conforme os países e existem diferenças de leituras e isto é precisamente no mesmo local, no mesmo dia, na mesma hora. Como é que existem, então, estas mudanças entre os locais? Como é que nos são apresentados como dados concretos que influenciam a nossa saúde?

Eu não sei se isto tem uma relação com aquilo que o utilizador quer ver, não é? Porque, por exemplo, se nós estivermos numa zona nos Estados Unidos da América em que quer-se saber um bocadinho mais sobre se a Terra é plana ou esférica, vão-te aparecer só informações que a Terra é mesmo plana.

**Eu sei. Estás a falar de uma espécie de algoritmo que escolhe conforme as tuas preferências.**

Sim, eu diria que é um algoritmo por preferências da zona, aquilo que os utilizadores mais procuram e mais acreditam que seja.

São informações, porque depois quando se diz, são dados que eu tirei do Google dentro de uma reunião de uma alta comissão de governo, que não é uma reunião europeia, vai parecer verídico, são arquivos. Quanto você coloca mais light aqueles dados, significa que

eu tenho menos compromisso em lidar com questão de poluição, enquanto Alemanha, enquanto Estados Unidos, enquanto Rússia.

**Mas se eu puder adicionar uma coisa, que é, estes dados são baseados em estações de qualidade do ar independentes, que estão espalhados pelo resto do mundo. E eles só vão distribuir esses dados de forma diferente.**

E é universal essa peça?

**É universal, ou seja, qualquer pessoa pode ir lá e os dados estão disponibilizados. Mas o que está aqui em questão não é a leitura ou análise dos dados, é que conforme a tua posição no mundo, os dados que tu tens acesso são diferentes.**

Como é que essas diferentes leituras de diversos contextos diferentes se relacionam com essa ideia que tu trouxe no início de hiper-separação do teu trabalho, da separação dessa construção que é o selvagem que isso também muda em diferentes contextos.

**Então, a minha ideia sobre o selvagem é que nós tínhamos uma perspetiva sobre ele desde a época medieval que era pejorativa sobre a natureza e essa visão está claro, ocidentalizada, levando a princípios de exploração e controlo, motivada pela hiper-separação 'negativa'. Sobre a ideia de exclusão do selvagem como**

Desajustados

9

9

Renata G., Ana R.,  
Isabelli S., Felipe A.

Textos Falados

9

9

Desperfiilar As Artes Visuais,  
o Objeto Enlouquecedor  
e o Movimento das Coisas

**tal, nós vemos a civilização como o positivo, trazendo-nos hoje sob o ponto de vista ético, ao Antropoceno. A ética ajuda a subverter esses novos espaços antropogénicos, por serem prejudiciais para a nossa saúde e existe uma troca de valores com o Antropoceno, mas que continua a fazer parte desta exclusão radical, porque agora são os espaços que nos excluem, não somos nós que excluimos os espaços. Daí ser um selvagem mais verdadeiro, porque de facto ele está-nos a expulsar sem ter conotações colonialistas ou políticas, ou seja, o que for.**

Também é a nossa análise, é a nossa perceção de determinados intervalos de valores que determina o critério de qualidade, portanto é sempre a partir da nossa visão como humanos de que achamos que somos humanos...

Bom, isso é uma coisa que parece que também é interessante, como que tem esses acordos das comissões e do que podem ter acesso ou não. Por questão de conflitos de guerras, por questão de produção de fracking, extração de óleo, contra o terrorismo. Não tem mais, desculpa, mas a sensibilidade faz sentido.

**E lá está, desvenda um bocado as lutas políticas que existem e que nós não vemos.**

Sim, acho muito interessante essa transição, assim, aqui quase a gente tem essa dimensão a partir de um digital, mas é uma dimensão no real, acho que está aí o problema, um problema interessante também, no

real, que há o geo-exclusão, que existem as hierarquias que vão se criando no território, também por essas definições de selvagem. E também e de civilização. Tem a ver também com a informação, com o acesso à informação, com a manipulação, com o tratamento desses dados que eu tu estás falando. Criam uma geo-exclusão que tem, que impacta no real, no mundo das pessoas, acho que é muito interessante.

**Sim, outra questão que eu poderia fazer é, não deveríamos nós ter acesso a isto como um direito humano.**

Acho que esta questão já surgiu em outros momentos de ativistas climáticas, até nos Países Baixos, porque as ativistas defendiam que podiam libertar determinadas informações e torná-las públicas e foram processadas porque os governos achavam que aquilo era sigiloso. No entanto, elas achavam que era o direito das pessoas saber, os riscos que estamos a correr e os níveis que estamos a atingir.

Também nós acreditámos muito na tecnologia. Achámos que ela está sendo, sempre certa e na realidade nem sempre aquilo que verificamos. Mas é isso. É esse deslumbramento tecnológico que nos ofusca, criando uma ilusão de veracidade por ante tudo.

Como é que aqui também, olhando agora neste momento para o mapa, olha para o mapa para a faixa de Gaza e está o ar impecável. Está tudo bem.

**As estações já foram todas destruídas a esta hora.**

## Referências

DEMOS, T. J. (2016). *Decolonizing Nature: Contemporary Art and the Politics of Ecology*. Sternberg Press.

GARRARD, Greg. (2004). *Ecocriticism*. Routledge.

OELSCHLAEGER, Max. (1991). *The Idea of Wilderness: From Prehistory to the Age of Ecology*. Yale University Press.

TUAN, Yi-Fu. (1974/1980). *Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Difel.

Desajustados



9

9



Renata G., Ana R.,  
Isabelli S., Felipe A.

Textos Falados



9

9



Desperfiilar As Artes Visuais,  
o Objeto EmLouquecedor  
e o Movimento das Coisas





Renata G., Ana R.,  
Isabeli S., Felipe A.



Desperfiilar As Artes Visuais,  
o Objeto Enlouquecedor  
e o Movimento das Coisas

# “Alguma coisa acontece no meu coração”

“título relativo à canção SAMPA (1978), de Caetano Veloso”

Isabeli Santiago

## BIOGRAFIA

**Isabeli Santiago**, nascida em 1993, em Sorocaba, São Paulo - Brasil. Mulhermigrante, criatura de fronteira, marginal&deslocada. Mãe de Valentina. Virginiana, devoradora de livros. Gosta de plantas e pipoca. Extremamente curiosa, sempre muito cansada. Adora música. Nos tempos livres caminha sozinha. Prefere dormir e acordar cedo. Viciada no google calendar. Tem fobia de peixes. Faz psicanálise e tenta não se levar tão a sério. O seu hobby atual é o estudo de Tarot. Na versão acadêmica: historiadora de arte, pesquisadora, curadora, escritora (?) e um pouco artista também. Formada em História da Arte e Mestra em Estudos Artísticos, ambos pela Universidade do Porto (Portugal). Doutoranda em Estudos Feministas na Universidade de Coimbra (Portugal). Interessada nas relações e atravessamentos político-subjetivos entre práticas artísticas coletivas, línguas, linguagens, literatura, paisagens e territórios - e como tudo isso modela ideias de identidade e pertencimento. Profissionalmente é curadora assistente na Galeria Municipal do Porto.

Renata G., Ana R.,  
Isabeli S., Felipe A.

Desajustados

32

Desperfiilar As Artes Visuais,  
o Objeto Enlouquecedor  
e o Movimento das Coisas

Textos Falados

33

(audio não capturado) (...) *Também terra rasgada, do tupi-guarani:(aba), que significa terra, e “soro”, que quer dizer fendida ou rasgada.* Em algumas versões diz-se que este nome tem a ver com o desenho da terra, isto é, as camadas estatigráficas de tonalidades múltiplas, com veios mais claros e escuros e que formam um padrão listrado. E esta estrada tem a sua origem nos antigos caminhos do Peabiru, uma via utilizada pelas populações originárias que ligava os Andes ao Oceano Atlântico e atravessava os atuais territórios do Brasil, Bolívia, Paraguai e Peru. Durante a colonização e até pelo menos o século XIX, o caminho foi convertido por colonizadores, jesuítas e bandeirantes, numa rota de captura e escravização de povos indígenas. Não sei ao certo quantas pessoas foram capturadas, escravizadas ou mortas neste caminho, mas foram muitas, certamente.

O que sei é que ainda hoje, pelo menos nesse trecho onde eu cresci, esta estrada continua a ser um intervalo de subalternidades, onde se reúnem os pobres, as putas e a classe operária. Toda essa gente entre a fábrica de Coca-Cola, o Macro, as cooperativas de transporte e alguns escritórios de mineradores. O mosaico social é tão complexo que no mesmo quarteirão do bairro em que eu cresci, que vocês estão vendo aqui mais ou menos agora, separada por três casas, havia uma boate, da minha avó, uma igreja

evangélica, que a minha mãe frequenta, e um terreiro, onde eu também cresci. Este é o desenho da terra onde eu venho, rasgado, gradiente, cheio de sobreviventes. Imigrar me fez olhar para trás, para dentro, mas sobretudo, para o chão.

Aos 28 dias de julho de 2008, aterrei em Lisboa. Eu tinha 14 anos. No dia 9 de setembro de 2012, o último dia dos meus 18 anos, fiz minha mudança e cheguei sozinha aqui, ao Porto. Um ano depois, algures em setembro, não me lembro muito bem a data, eu caminhava rumo ao SEF, subindo a pé pela rua da Conceição. E me deparei com a seguinte paisagem “O melhor café é o café da brasileira”. E agora vem o freestyle, para vocês.

Posso olhar e falar com as mãos?

Bom, como eu disse, eu cheguei no último dia dos meus 18 anos. Então, aqui, quando eu encontrei essa imagem, eu já teria os meus 19. E foi, assim, como um chute na minha cara, bem dizendo. Porque, estava naqueles primeiros momentos do Instagram, e eu fiquei muito assustada de ver aquela “brasileira” tão grande na parede, quando tudo o que eu tentava fazer era disfarçar que eu era brasileira, porque aqui isso era apenas um problema. Eu tinha que ter papel, eu tinha que ter carimbo, eu tinha que ter passaporte. Aqui era um documento, ali era outro. Então, era um objeto enlouquecedor

essa nacionalidade. E, sobretudo, porque nessa paisagem social coletiva da cidade, tudo apontava para não pertença. Eu falava diferente, falava um “bom dia”, e, de repente, já começavam a desenrolar uma árvore genealógica. E era extremamente cansativo, enlouquecedor, nesse sentido. E me colocava numa posição de deslocamento mesmo, mas num nível, assim, muito mais profundo do que o geográfico, de não estar num determinado lugar, nem em lugar nenhum.

E aí, aos 19 anos, talvez tardiamente, eu me perguntei pela primeira vez o que significava ser uma mulher brasileira. Porque, até então, essa questão não tinha se colocado. Não dessa forma, num embate tão visual e presente. Talvez eu já tivesse começado a pensar nisso ali, nas esquinas da adolescência, mas muito na intimidade do meu quarto, dos meus cadernos. Mas, de repente, ver aquilo na paisagem foi meio estranho. E aí, eu tirei uma foto e fiz o meu primeiro post no Instagram, que, infelizmente, não está online.

E, então, ao contrário do que eu tinha feito até agora - nessa época que eu tinha mais ou menos uns 5 anos de Portugal, quase 6 - eu comecei a tentar encontrar mulheres brasileiras e falar com elas para saber o que elas achavam sobre isso. Se é que pensavam sobre isso, ou se eu que estava viajando.

E, então, eu comecei a gravar um documentário. (Ferreira & Santiago, 2019). Porque eu achei que era algo que realmente extrapolava esse “eu” da minha cabeça, das minhas próprias questões. E eu vou mostrar pra vocês aqui dois depoimentos de duas amigas. Uma que eu acho que vocês já conhecem, a Alcía Medeiros, e também a Priscila Ioli. É agora que eu preciso de uma paciência de vocês, porque vamos ver se o vídeo vai rodar. Será que vai?

Toda a gente consegue assistir assim?

(Depoimento de Alcía Medeiros)

Eu vim pra Portugal em 2013, fazer mestrado na Universidade de Belas Artes. Uma vez aqui, aconteceram algumas coisas estranhas, principalmente pelo fato de eu ser mulher brasileira. O estereótipo de mulher brasileira de ser exótica, de ser mais sexualmente aberta, ainda é muito forte aqui. Acho que, as primeiras experiências, foi mesmo no primeiro dia que eu tava indo pra aula. Eu tava vindo, e tinha duas senhoras conversando. Não tavam falando de mim nem nada, tavam falando de uma terceira pessoa. Mas foi uma frase que, tipo, caiu muito como um tijolo na minha cabeça. Então, elas tavam falando de uma menina, e aí uma delas comentou, “ah, é uma rapariga muito boa, mas ela anda na rua como se fosse uma brasileira.”

Desajustados

9

9

Renata G., Ana R.,  
Isabelli S., Felipe A.

Textos Falados

9

9

Desperfiilar As Artes Visuais,  
o Objeto Enlouquecedor  
e o Movimento das Coisas

Ok, não estou mais no Brasil, estou em outro lugar, e aqui existe um estereótipo bem específico do que eu sou. E foi diferente pra mim, porque a questão de ser brasileira no Brasil não fazia diferença, todo mundo é brasileiro.

Então, uma vez que eu cheguei aqui, parecia que tudo me remetia àquilo. “Ah, toda a brasileira que vem pra cá é prostituta, mas você não, porque você tá aqui estudando, eu sei que você tá aqui estudando.”

Essa foi a Alcía. E agora a Priscila, e olha... há pessoas de outras nacionalidades também. Porque depois eu percebi que afinal não era só uma questão da brasileira. Depois vocês podem ver online. (Medeiros, 2013)

As minhas experiências sendo brasileira, imigrante, em Portugal, não são tão positivas. Às vezes eu sinto que a maioria das pessoas que eu vi com certo preconceito, certo estereótipo, eu queria que essas pessoas tivessem uma oportunidade um dia de sair desse país e experimentar uma coisa fora [...] digamos assim. Eu acho que as pessoas nos criticam, estereotipam, mas elas não saem do lugar delas. Então é muito fácil você estar no seu conforto, na sua pátria, e julgar alguém. Ou julgar todas elas pelo comportamento de uma pessoa. E quem tem o comportamento de uma pessoa? Quem tem a roupa que a brasileira veste? Ou como a brasileira é? Como a brasileira fala? Minha nacionalidade, acredito que abriu portas pra mim, porque o estereótipo da brasileira é que a brasileira é

bonita, que a brasileira é simpática, sabe atender bem. Então esse digamos que é um ponto positivo, ponto de interrogação, pra se conseguir um trabalho. Mas isso gera um certo desconforto. Às vezes não sinto a hora de voltar pro Brasil e ficar lá no meu conforto e não ter que ouvir mais “ah, brasileira, ah, brasileira”... chega uma hora que não sei, parece que vou explodir!

Pronto. Fica aqui um cheirinho. E nessa de parece que vai explodir, explodiu mesmo. E a gente começou a ser abordada por outras mulheres e outras nacionalidades. Nomeamos o projeto de “*extraviadas*”. Mas tivemos que dar um passo atrás..... Então a gente voltou lá pra paisagem, pra aquela primeira placa, aquele azulejo que tava ali. Eu não vou contar a história dele, vocês podem ir atrás. E aí a gente começou neste trabalho da paisagem, óbvio que muito intuitivo ainda, muito, sei lá, isso quase dez anos atrás. Muito menos madura e com menos leituras e vivências do que o dia de hoje. Então, olhando pra paisagem, nós começamos a desafiar: “o que é isso que nós estamos olhando?”. *Esse conjunto de valores ordenados numa visão, a educação permanente das formas de ver e sentir, de prever e ligar elementos, para construir aquilo que chamamos de realidade ou natureza. Quando pintada, é a concretização do elo entre os elementos e valores de uma cultura. Ligação essa que oferece uma disposição, uma ordenação e, por fim, uma ordem para a*

percepção do mundo.

*Realidade captada de fato ou uma invenção. Um objeto cultural sedimentado, tendo a sua função própria, que é a de garantir permanentemente os quadros da percepção do tempo e do espaço. Um tecido de certezas frágeis. Não é natural. Não é natural. É um tecido de certezas frágeis* (Citando Anne Cauquelin - A Invenção da Paisagem). (Cauquelin, 2007) E quando a gente começou a olhar pra essa paisagem, do alto da montanha, aqui no planisfério, o movimento óbvio foi: vamos ler livros! Vamos tentar ver o que essa cidade tem pra dizer pra gente, além da paisagem visual.

E nos deparamos com essa publicação, *Toponímia Feminina Portuense (2012)*, e que vai dizer que “chegados ao século XIX, de um modo muito evidente ao longo do século XX, as mulheres, o seu papel ativo em muitas facetas da sociedade, começaram a ganhar nome e rosto. E o Porto foi, não raras vezes, e apesar das resistências e dos convencionalismos, uma cidade protagonista nessa afirmação e emancipação. Médicas, engenheiras, artistas, ativistas políticas, investigadoras, professoras beneméritas, um número muito significativo de mulheres irá evidenciar-se e por isso, muito justamente, ser recordado na toponímia da cidade” (Cleto em Silva, 2012, Prefácio). A lista seria exaustiva. Bem, eu fiz a lista. Não é exaustiva. A maior parte da lista corresponde aos

topônimos femininos que seriam palavras que, dentro da língua portuguesa, estão genderificadas como sendo femininas. “Levada”, “senhora da hora”, correspondem a 3,54% dos topônimos do centro histórico do Porto. E limpando um pouquinho mais essa lista para encontrar pessoas reais que não são santas, nem figuras mitológicas, a gente baixa para 1,51%.

Então, a partir daí, eu voltei para as minhas amigas, as indignadas, as extraviadas, e a gente começou... e falou não! Vamos reescrever essa paisagem, vamos fazer arqueologia mesmo, de silêncio, de vazio, de buraco, de espaço, porque, de fato, a gente não conseguia também se relacionar com essa paisagem num primeiro nível. A gente precisava cavar um pouquinho mais fundo. E um dos grandes resultados desse processo coletivo de decompor, desperfilar a paisagem da cidade foi, é, a Tour Feminista do Porto, que desde 2019 nós temos organizado de forma independente e autogerida, e que parte de elementos da paisagem da cidade, sobretudo, alguns monumentos de arte pública, mas também de muito silêncio, muitas placas de rua, muitos becos, muitas coisas efêmeras, intervenções artísticas efêmeras, para questionar, de fato, qual é o lugar da memória das mulheres dentro dessa cidade? Qual é o espaço para a gente reescrever coletivamente essa memória?

Aqui vocês estão vendo algumas fotografias de algumas coisas, algumas intervenções que a gente foi fazendo ao longo desses anos. E, por vezes, acabamos ali no busto da Virgínia de Moura, também um lugar com uma carga muito forte, mas que ainda precisa de muito trabalho. E voltando um pouquinho para o meu exercício, cada vez que eu faço a tour, cada vez que a gente se reúne para atualizar esse percurso, a gente percebe que ainda falta muita coisa para ser feita, para ser revista, para ser escrita, e que há espaço mesmo para muitas vozes, e elas são todas precisas.

E é engraçado que quem está dentro do nosso coletivo, que é o MAAD, Mulheres, Arte, Arquitetura e Design, também tem, paralelamente, os seus projetos. E assim a gente vai se dedicando à temáticas mais específicas, porque a *Tour Feminista* não dá para dar conta de tudo né. Então, o que começou com aquela incomodação do café da brasileira, também sabendo aí qual é essa relação histórica do café e da mulher brasileira, foi evoluindo. E assim, esses projetos que nós temos hoje também estão ancorados na vida e na pesquisa de muitas mulheres, como o projeto *Cansei de Assédio*, da Alícia Medeiros, a primeira entrevistada que vocês ouviram, e

que defendeu há dois anos a tese dela na Belas Artes também, *Walking For It*, que trata das dinâmicas de assédio no espaço público e como isso condiciona a ocupação desse espaço, a resignificação desse espaço, sobretudo para mulheres artistas ou pessoas cuja identidade não cabem dentro desse modelo heteronormativo colonial.

Mas também o trabalho das *Mulheres Sem Cabeça*, da Mariana Moraes, também aluna da Belas Artes, que é muito bacana, de verdade. Ela trabalha sobretudo esculturas, recorrendo a uma dimensão de fabulação histórica, para (re)compor não só as partes do corpo dessas representações, mas também dá-lhes nome, personalidade, signo astrológico, enfim, é uma grande viagem! Eu recomendo muito conhecer o trabalho da Mariana, estou quase acabando. Tanto Alícia como Mariana também são brasileiras, e também Bruna Alcântara, que reescreveu ainda que de uma forma mais efêmera a paisagem do Porto, com essa bandeira de instalação de “Mães também Gozam”, que teve sua primeira aparição na paisagem do Porto em 2022 e que mais recentemente, no verão desse ano, esteve ali no Fisga.

Mas também a Chloé Darmon, nossa companheira, que não é brasileira, é francesa, mas nos percebemos que algumas questões estavam intimamente ligadas com a experiência da

imigração. Então, mesmo a Chloé vindo de um país europeu, da França, de uma cidade muito respeitada e bem vista, que é Paris, mas o fato dela ter crescido num contexto suburbano e periférico fez com que ela tivesse uma outra experiência. Então, chegando no Porto, ela teve esse mesmo impulso de tentar se reconectar com a cidade a partir dos elementos que ela reconhecia. E, bem, ela tem uma pesquisa muito linda sobre o papel político da água, a sociabilidade na vida das mulheres e os processos de urbanização. Chama-se “Habitar a água”, está tudo online, vocês podem consultar.

E, bem, e pra finalizar, porque eu sou um pouco dramática, um pouco intensa - acho que já deu pra perceber - e todos esses processos (são 16 anos de Portugal!) foi atravessado por muita melancolia, muito desespero, muitas lágrimas, mas assim, eu continuo sem saber o que é ser uma mulher brasileira! Eu fui encontrando novas formas de me colocar essa pergunta, mas, há algum tempinho atrás, eu decidi que eu não ia mais sofrer por isso, pelo menos não de uma maneira tão visceral como outrora já foi. E, apoiada também num trabalho de uma amiga minha querida, Hilda de Paulo, também brasileira, aqui morando em Portugal, que diz “se não puder também dançar, esta não é a minha revolução”, eu decidi reclamar pra mim o estereótipo da brasileira, da mulher que mesmo

triste tá feliz, tá sambando, então eu estou convocando essa energia pra mim e, justamente, por causa disso eu fiz uma playlist especialmente para essa apresentação que vocês depois poderão aceder das vossas redes, enfim, e que poderão acompanhar todo esse percurso aí que eu fui fazendo. Vocês vão poder ouvir a minha trilha sonora, que me acompanhou quando muitas vezes eu chorei aqui nessas ruas do Porto, reclamando da saudade do frio, mas que agora estou cantando aqui.

Enfim, olhar pra tudo isso, pra tudo isso que acontece no meu coração de uma forma mais movimentada e positiva. E, bom, é isso. Essa sou eu, criança. Essa menina que, bom, essa energia dessa menina que foi se perdendo ao longo de 16 anos de Portugal, eu decidi acabar com a imagem dela, dedicando essa sessão pra ela, dizendo que, afinal de contas, a gente conseguiu. E muito obrigada!

Ah, eu usei o tempo inteiro, desculpa. Tem um cafezinho ali, gente. Quem quiser, não é pra ser um alimento cênico ... podem beber, mas eu não trouxe açúcar!

Desajustados

9

9

Renata G., Ana R.,  
Isabeli S., Felipe A.

Textos Falados

9

9

Desperfiar As Artes Visuais,  
o Objeto Enlouquecedor  
e o Movimento das Coisas

## Referências

- CAUQUELIN, Anne. (2007). *A Invenção da Paisagem*. Martins Fontes.
- FERREIRA, Helena & SANTIAGO, Isabeli. (2019). *Extraviadas*. Alícia Medeiros (Ed.).
- MEDEIROS, Alícia. (2013). <https://vimeo.com/user23220492>
- MEDEIROS, Alícia & SANTIAGO, Isabeli. (2020, julho). O Tour Feminista da Cidade do Porto Como Uma Prática Poética de Resistência Urbana e Historiografia Radical. *eRevista Performatus, Inhumanas, ano 8(21)*. <https://performatus.com.br/estudos/tour-feminista-do-porto/>
- SANTIAGO, Isabeli. (2024, setembro 30). desperfiar as saudades de casa. [Áudio podcast]. <https://open.spotify.com/playlist/3pbVbxOSvTA3zuKpqlTKna?si=jT4SRT06RNqawBP3rtUHjw>
- SILVA, César S. (2012). *Toponímia Feminina Portuense*. Cordão de Leitura.

Desajustados

Textos Falados

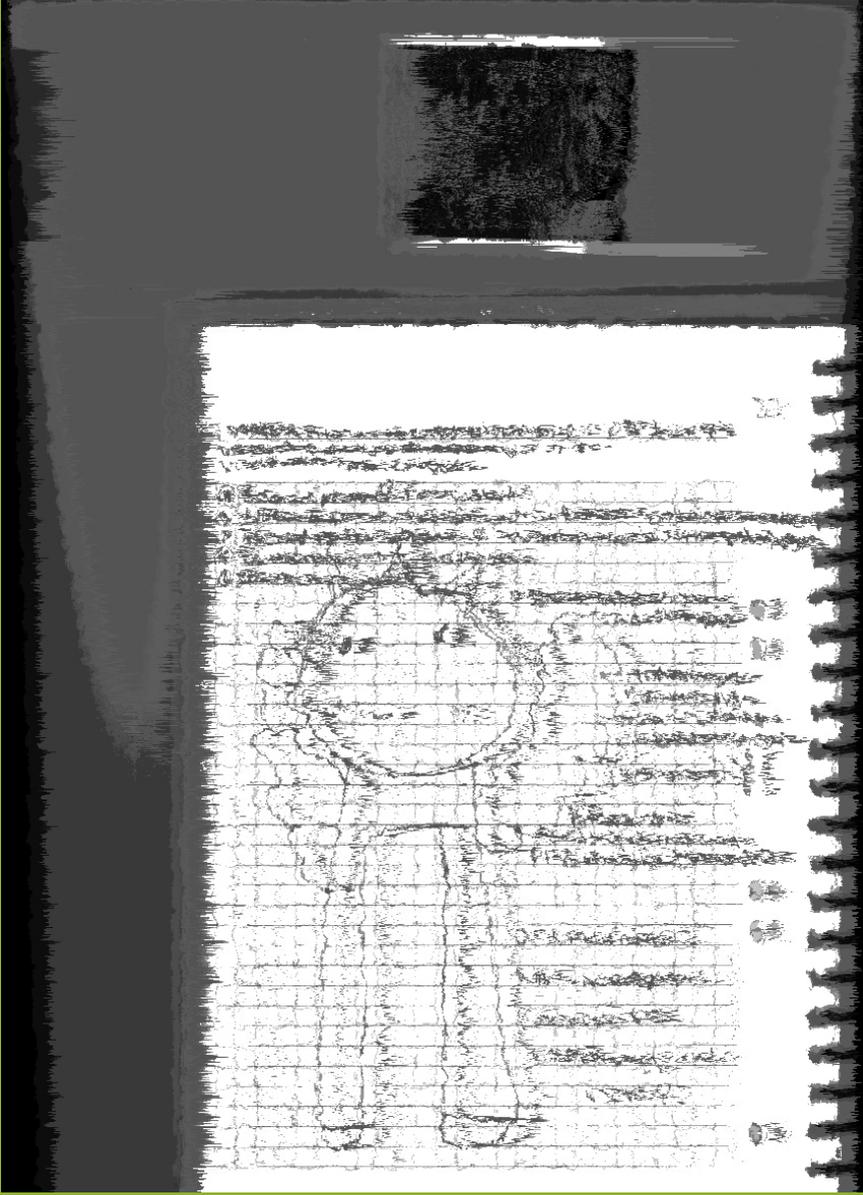


Renata G., Ana R.,  
Isabelli S., Felipe A.

Desperfiilar As Artes Visuais,  
o Objeto Enlouquecedor  
e o Movimento das Coisas

# Como supervisionar seres invisíveis?

Felipe Argiles



## BIOGRAFIA

**Felipe Argiles Silveira** é formado em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e licenciado em Artes Visuais – Fotografia pela Escola Superior Artística do Porto (ESAP). Possui mestrado em Artes Plásticas – Intermédia pela Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto (FBAUP) e, atualmente, é doutorando em Artes Plásticas na mesma instituição. Além disso, é pós-graduado em Engenharia de Planejamento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e concluiu o Master Business Administration em Gestão de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Desde a licenciatura em Artes Visuais, tem desenvolvido trabalhos e reflexões críticas sobre temáticas relacionadas aos estudos pós-coloniais, participando de diversas exposições coletivas e individuais. Sua produção cruza diversos média, com especial atenção aos modos de produção e recepção da imagem, do som e do vídeo. Seu trabalho é marcado por uma abordagem experimental, explorando as mecânicas plásticas dos materiais e dos média.

Renata G., Ana R.,  
Isabell S., Felipe A.

9

9

Desajustados

42

Desperfiar As Artes Visuais,  
o Objeto Enlouquecedor  
e o Movimento das Coisas

9

9

Textos Falados

43

Atravessar fronteiras é uma das práticas mais violentas da sociedade contemporânea. Abandonar a terra firme de suas origens e navegar pelo espaço de incertezas e desconhecido é muitas vezes um ato de resistência e sobrevivência dentro de um sistema assimétrico de oportunidades de desenvolvimento humano e econômico. Podemos referir que o imigrante indesejado que pretende acessar o território europeu, carrega consigo a linha de fronteira, independentemente de quão perto ou quão longe ele esteja do território. Seu corpo se torna fronteira. Seu corpo é um local de verificação, de checagem e de análise, deste modo seu corpo passa a ser a própria fronteira. O corpo torna-se linha movediça. Cada vez que um imigrante tenta se aproximar da fronteira, carrega com ele a própria fronteira. Pretendo abordar ao longo desta apresentação, sistemas digitais e burocráticos responsáveis por análises e checagens dos grupos populacionais nas fronteiras europeias. Os quais determinam que pode acessar o território europeu e quem deve ser barrado. A aplicação de regras punitivas a grupos específicos de pessoas nos conduz para a reflexão sobre a extensão da jurisdição dos países para além de seus territórios. A fronteira deixa de ser fixa, delimitada e imóvel, passa a habitar os corpos.

É importante ressaltar que o sistema capitalista, como seus elaborados mecanismos geradores de desigual-

dades, requer sistemas de vigilância utilizados para a regulação de quem pode acessar determinados territórios. Muitos grupos populacionais vivem em situações de precaridade em seus países de origem, dificuldades económicas, guerras e crises climáticas são fatores que impulsionam a migração em busca de uma vida mais digna e justa.

Tratando-se dos novos sistemas globais de segurança Achille Mbembe destaca no livro *Brutalismo*:

Este regime é caracterizado pela externalização, a militarização, a digitalização e a miniaturização das fronteiras, uma infinita segmentação e restrição de direitos e a implantação quase generalizada de técnicas de despistagem e de vigilância, tidas como método de prevenção ideal contra todo o tipo de riscos, inclusive a imigração ilegal. A sua principal função consiste em facilitar a mobilidade de certas classes raciais, interditando-a a outras ou sendo apenas concedida sob condições cada vez mais draconianas. Este regime de segurança abriu caminho a formas dissimuladas e por vezes assumidas de estigmatização e de racialização, atingindo sobretudo indivíduos desde logo privados dos seus direitos ou particularmente vulneráveis. Tal violência é mantida por novas lógicas de detenção e de reclusão, de deportação e repressão, que inspiram práticas de apagamento, triagem, estacionamento ou zoneamento e de invisibilização herdadas do colonialismo. Resultou em milhares de mortes nas fronteiras europeias, mas também em zonas de trânsito. (Mbembe, 2021, p. 162)

Dentro de uma análise histórica podemos entender as origens das práticas de subjugação e desumanização. Como referiu Mbembe, o sistema capitalista é fortemente marcado por dinâmicas oriundas do sistema colonial onde a exploração desses grupos racializados, se justifica no não reconhecimento da humanidade do outro.

O pensador brasileiro Vladimir Safatle elabora em seu texto “Para além da necropolítica” sobre a dinâmica colonial:

Ela consiste na consolidação de um sistema de partilha entre dois regimes de subjetivação. Um permite que sujeitos sejam reconhecidos como “pessoas”, outro leva sujeitos a serem determinados como “coisas”. Aqueles sujeitos que alcançam a condição de “pessoas” podem ser reconhecidos como portadores de direitos vinculados, preferencialmente, à capacidade de proteção oferecida pelo Estado. Como uma das consequências, a morte de uma “pessoa” será marcada pelo dolo, pelo luto, pela manifestação social da perda. Ela será objeto de narrativa e comoção.

Já os sujeitos degradados à condição de “coisas” (e a degradação estruturante se dá no interior das relações escravagistas, embora ela normalmente permaneça mesmo depois do ocaso formal da escravidão) serão objetos de uma morte sem dolo, que será vista como portadora do estatuto da degradação de objetos. Essa morte não terá narrativa, mas se reduzirá à quantificação numerária que normalmente aplicamos às coisas. (Safatle, 2020, p. 1)

Esta colocação permite pensar que os processos de desumanização a partir do não reconhecimento do outro como ser semelhante estão na base das dinâmicas de subjugação e invisibilização.

É pertinente referir o trabalho do artista bahamiano Tavares Strachan, “A enciclopédia da invisibilidade”, apresentado e exposto como um objeto escultórico, em que compilou duas mil e quatrocentas páginas, histórias contadas e negligenciadas pelas narrativas ocidentais. Com isso o artista reflete sobre o apagamento cultural e epistêmico para além do apagamento físico de grupos populacionais colonizados. Posto isso, entendemos que o projeto colonial está também relacionado com a sobreposição cultural, destruição das tradições e saberes de populações específicas.

Gostaria de destacar a importância da apresentação da Isabeli Santiago, que é imigrante há 16 anos em Portugal e utilizou o português que aprendeu no Brasil. Podemos perceber a importância da preservação da identidade e cultura brasileira como um marcador político, principalmente dentro de ambientes acadêmicos onde constatamos múltiplas formas de violência em relação a nossa forma de falar e se expressar.

Com o exposto, podemos pensar sobre a questão motivadora desta pesquisa: como é possível supervisionar seres invisíveis? Reflito que os grupos subalternizados carregam simultaneamente duas condições que são aparentemente incompatíveis. Eles vivem no limite entre a invisibilidade e a supervigilância. Ao mesmo tempo que são supervisionados para atravessar as fronteiras, são invisibilizados após acessarem o território. Percebe-se que existe uma contradição extremamente marcante da condição do imigrante. O limite entre superexposição e a invisibilização. Como é possível vigiar quem é sistematicamente apagado, invisível?

Os sistemas de controle e segurança são extensos bancos de dados digitais que armazenam detalhadas informações sobre os indivíduos e grupos populacionais. Para citar alguns destes mecanismos, a Europa implantou no ano de 2003 o sistema Eurodac, o qual tem por função o registro, armazenamento e comparação de impressões digitais de pessoas requerentes de asilo. No ano de 2004 foi estabelecido o Sistema de Informação de Vistos (VIS) o qual entrou em vigor no ano de 2011. O Sistema de Informação de Vistos utiliza como base sistemas biométricos de impressões digitais e fotografias para análise de concessão de vistos, com o objetivo declarado de combater a atividade

ilegal relativa à imigração. Desde 1995, a Europa conta com o Sistema de Informação de Schengen com o objetivo de preservar a segurança interna, o qual é utilizado como uma ferramenta de gestão e controle de fronteiras. No ano de 2013, inicia-se a segunda geração do Sistema de Informação de Schengen onde foram adicionadas funcionalidades suplementares com o armazenamento de informações de impressões digitais e fotografias, conferindo ao sistema dados para análise de características físicas.

A fotografia aparece como um sistema de identificação muito eficiente pelas suas características relativas à velocidade de obtenção e suas possibilidades de associação a sistemas de reconhecimento facial digitais, o que confere maior precisão no reconhecimento e identificação das pessoas analisadas. A fotografia torna-se uma ferramenta de essencial importância dentro dos sistemas de controle e gestão de fronteiras, porém é necessário pensarmos sobre a relação entre fotografia e colonialismo. Durante o período colonial, a fotografia era utilizada tanto para registrar as atividades realizadas na colônia quanto para documentar e catalogar os povos colonizados, muitas vezes operada com o propósito de estabelecer classificações raciais. Acredito ser pertinente estabelecer

relações entre os períodos históricos para refletirmos sobre as formas e os objetivos para os quais a fotografia era e é utilizada.

Referindo o pensamento da historiadora brasileira Nayara Kraschensky (2022) “[...] *uma das funções da câmara colonial era justamente a de dominar o espaço a ser colonizado: seja pela coleta de informações visuais sobre o território, seja pela construção de uma narrativa visual com objetivo de favorecer o processo colonizador europeu nesses espaços.*” (p. 4) Nesse sentido, acrescento que a fotografia colonial colaborou no domínio do território e do espaço do corpo dos povos colonizados, construindo a imagem e o imaginário de um ser primitivo e selvagem. Neste ponto considero importante trazer a contribuição da antropóloga tunisiana Amade M’charek (2014):

Em particular, os sistemas de gerenciamento de fronteiras e populações frequentemente reproduzem/produzem diferenças e desigualdades raciais. Esses sistemas se posicionam na conjuntura entre o físico e o virtual; eles são ao mesmo tempo legais e burocráticos e também cada vez mais genéticos e biométricos. (M’charek, 2014, p. 469)

De acordo com este pensamento, realizando uma análise sobre o mapa de acordos em matéria de vistos com países terceiros, disponível no site do Conselho da União Europeia (<https://www.consilium.europa.eu/pt/poli->

cies/eu visa-policy/#0), podemos verificar que os países que não possuem procedimento facilitado para acessar os territórios, estão localizados maioritariamente no continente africano e asiático. Dentro da América do Sul os países: Equador, Bolívia, Suriname, Guiana e Guiana Francesa também não possuem acordo facilitado para a obtenção de vistos. Pode-se perceber um viés colonial e racista da aplicação da regra, o que está de acordo com as colocações de Mbembe quando refere que a principal função destes sistemas consiste em facilitar a mobilidade de certas classes raciais em detrimento de outras ao invés de seu propósito declarado: o combate da criminalidade e ataques terroristas.

Os dados de DNA forense que primeiramente eram utilizados para identificação, passam agora a ser manejados por uma lógica de investigação. Hoje não se pretende apenas identificar um suspeito conhecido, seus efeitos produzem suspeitos desconhecidos, na tentativa de prever qual será o potencial criminoso no futuro. Na Alemanha depois do 11 de setembro se coletou dados de 8 milhões de pessoas para se prevenir questões relacionadas a terrorismo. O Reino Unido conta com um banco de dados nacional de DNA que se chama NDNAD, o qual é composto por informações maioritariamente de pessoas racializadas.

Sabe-se que no contexto europeu, o imigrante tem sérias dificuldades de permanência no território, entraves burocráticos na obtenção da documentação, dificuldades em aquisição de direitos políticos e econômicos, contribuindo para exposição à vulnerabilidade social. A discriminação tem sido identificada como uma barreira importante à integração na EU e em Portugal. A presidente da comissão europeia, Ursula Von Der Leyen, em discurso realizado no Parlamento Europeu em Bruxelas no ano de 2020, destacou que “os comportamentos racistas e discriminatórios podem estar arregados nas instituições sociais, financeiras e políticas, repercutindo-se nas alavancas do poder e na formulação das políticas, perpetuando os obstáculos exclusivamente com base na origem racial ou étnica”. Em virtude destas questões, Portugal no ano de 2021, elaborou o Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação, onde o Conselho de Ministros (2021) expõe:

O Governo reconhece que, não obstante o quadro legal existente, continuam a registar-se fenómenos de racismo e de discriminação que violam direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa, assentes em estereótipos baseados em ideias, mitos e teorias fundadas na pretensa superioridade de uma

raça ou de um grupo de pessoas de uma certa origem étnica ou nacionalidade, geradores de discriminações diretas e indiretas, incluindo numa perspectiva interseccional, e que refletem os processos históricos que os originaram, como a escravatura e o colonialismo, e que perpetuaram modelos de discriminação estruturais. (Conselho de Ministros, 2021, p. 7)

Para concluir esta exposição, destacando entre os recentes trabalhos que tenho desenvolvido diretamente ligados a estas questões, gostaria de referir a performance realizada na exposição *Terceira Margem* (2024), realizada na Casa do Campo Pequeno. Neste trabalho, os imigrantes expectadores da exposição tinham acesso livre a sala principal. O público de origem europeia deveria responder uma série de perguntas e preencher um questionário retirado do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) para acessar a sala. Os imigrantes eram informados de que, no momento de acessar o território português, ou ao solicitar a documentação para a permanência, já haviam preenchido o referido questionário, então não seria necessário fazê-lo novamente. Além de responder ao questionário do SEF, o público europeu também deveria elaborar sobre uma questão previamente formulada, relacionada à experiência de ser imigrante. Essas perguntas eram abertas e possuíam um caráter poético, utilizando metáforas que instigavam a reflexão sobre as temáticas abordadas.

Finalizo compartilhando estas questões para que o grupo possa refletir sobre o exposto.

Como contornar linhas imaginárias?

Quais estratégias usaria para atravessar uma montanha?

Do que teria saudade quando perdido em um deserto?

Quais ferramentas que usaria em uma fuga?

Quais os papéis que precisa para sobreviver?

Como se tornar visível atrás de um muro?

Quais as vantagens dos silêncios?

Como construir uma casa com palavras?

Como acordar em uma prisão sem enlouquecer?

Como carregar uma tonelada em uma mochila?

O que colocaria em uma jangada para uma travessia?

Desajustados



9



9



Renata G., Ana R.,  
Isabelli S., Felipe A.

Textos Falados



9



9



Desperfiilar As Artes Visuais,  
o Objeto Enlouquecedor  
e o Movimento das Coisas

## Referências

Comissão Europeia. (2020). *A Union of equality: EU anti-racism action plan 2020-2025*. Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions.

Conselho Europeu. (2024). *Acordo da EU em matéria de vistos com países terceiros*. <https://www.consilium.europa.eu/pt/infographics/eu-visa-agreements-with-non-eu-countries/>

KRACHENSKI, Nayara. (2022). Fotografia e dominação: para uma história visual do colonialismo alemão (1884-1918). *Revista de história*, (181), 1-35. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2022.186137>

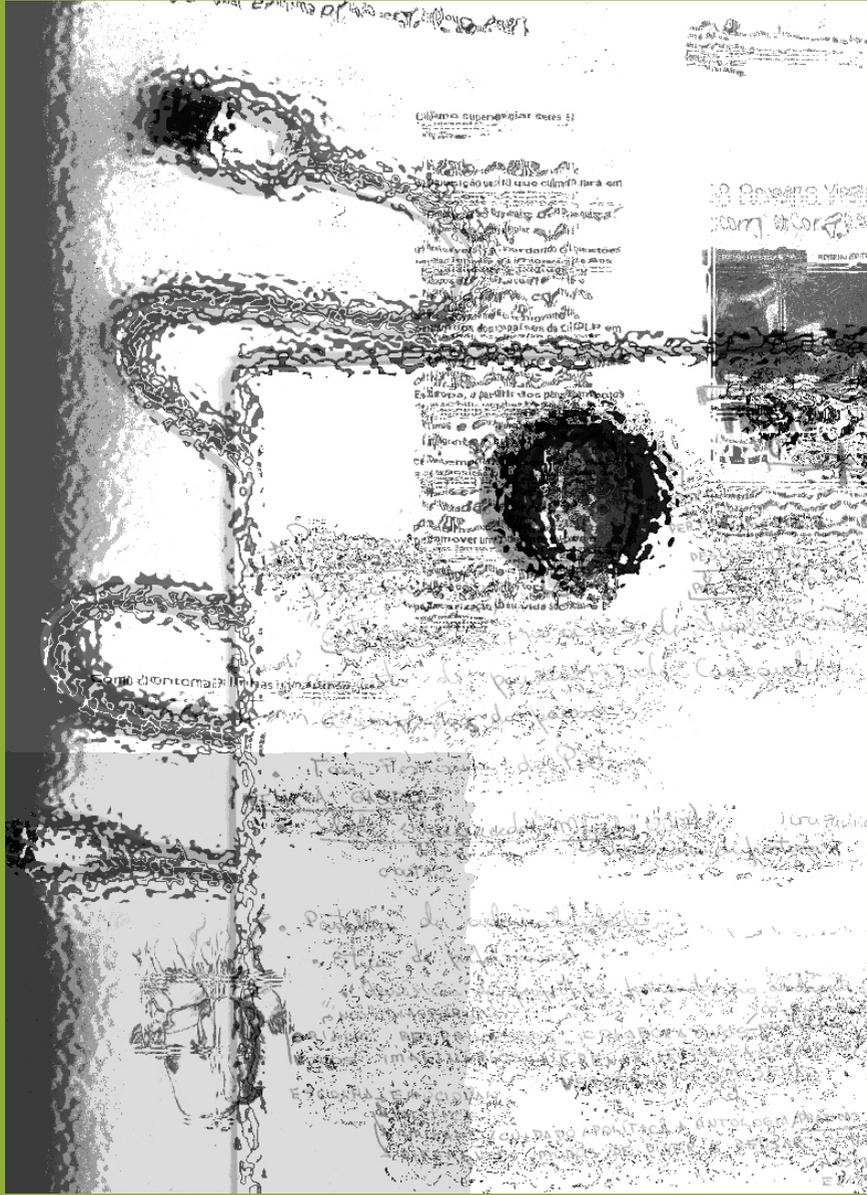
M'CHAREK, Amade, SCHRAMM, Katharina & SKINNER, David. (2014). Topologies of race: Doing territory, population and identity in Europe. *Science, Technology, Human Values*, 39(4), 468-487.

MBEMBE, Achille. (2021). *Brutalismo*. Antígona.

Resolução do Conselho de Ministros. (2021). *Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025*.

SAFATLE, Vladimir. (2020). *Para além da necropolítica: considerações sobre a gênese e os efeitos do Estado suicidário*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. <https://aterraeredonda.com.br/para-alem-da-necropolitica/>

STRACHAN, Tavares. (2018). *The Encyclopedia of Invisibility*. Isolated Labs Studio Tavares Strachan. <https://isolatedlabs.com/sculpture/the-encyclopedia-of-invisibility/>



Renata G., Ana R.,  
Isabelli S., Felipe A.

Desajustados

9

9

50

Desperfiilar As Artes Visuais,  
o Objeto Enlouquecedor  
e o Movimento das Coisas

Textos Falados

9

9

51

Desperfilar As Artes Visuais, o Objeto Enlouquecedor  
e o Movimento das Coisas - Volume 2

de Renata Gaspar  
Ana Sofia Ribeiro  
Isabeli Santiago  
e Felipe Argiles

Editora  
Marina Gallo  
(i2ADS/FBAUP)

Editores convidados  
Orlando Vieira Francisco  
Ana Sofia Ribeiro  
Felipe Argiles

Design original  
Joana Lourencinho Carneiro

Designer  
David Neves

i2ADS edições  
i2ADS – Instituto de Investigação  
em Arte, Design e Sociedade  
Faculdade de Belas Artes  
da Universidade do Porto  
i2ads.up.pt

Este trabalho é financiado por fundos nacionais  
através da FCT - Fundação para a Ciência e  
Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto  
«2022.05056.PTDC».

Junho, 2025

ISBN  
978-989-9049-99-4



ID\_CAI  
Colectivo de Acção  
e Investigação



FACULDADE DE BELAS ARTES  
UNIVERSIDADE DO PORTO



Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia